



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 7.208

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.829.2010-01-TCE.

ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Jordão, exercício de 2009.

RESPONSÁVEL: Senhor **Edivan da Rocha Silva**.

RELATORA: Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos**.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Ausência do Relatório Sintético dos decretos de abertura dos créditos adicionais. Ausência de escrituração no demonstrativo das variações patrimoniais em relação à aquisição do material de consumo. Concessão de diárias à própria Câmara Municipal, sem discriminar os seus beneficiários. Empenhos com históricos incompletos. Ausência de atualização e do inventário analítico dos bens móveis e imóveis. Ausência de registro no demonstrativo da dívida fundada do passivo previdenciário da Câmara junto à Receita Federal do Brasil. Não encaminhamento da Lei que aprovou o subsídio dos Vereadores para a legislatura em questão. Pagamento irregular ao vereador Francisco Sereno, em desacordo ao art. 29, inciso IV, da CF/88 c/c art. 83, do Regimento Interno da Câmara. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal. Remessa de cópia da decisão ao Ministério Público Estadual. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerar **irregular** a Prestação da Câmara Municipal de Jordão, exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade do Senhor **Edivan da Rocha Silva** – Presidente à época, com fulcro nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de a análise técnica procedida ter apurado: **a)** ausência do Relatório Sintético dos Decretos de Abertura dos Créditos Adicionais prejudicando a análise das alterações orçamentárias; **b)** ausência de escrituração no Demonstrativo das Variações Patrimoniais em relação à aquisição do material de consumo no valor de R\$ 46.036,70 (quarenta e seis mil trinta e seis reais e setenta centavos); **c)** concessão de diárias à própria Câmara Municipal, no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), sem discriminar os seus beneficiários e os referidos empenhos com históricos incompletos; **d)** ausência de atualização e do inventário analítico dos bens móveis e imóveis; **e)** ausência de registro no Demonstrativo da Dívida Fundada do passivo previdenciário da Câmara junto à Receita Federal do Brasil; **f)** não encaminhamento da Lei que aprovou o subsídio dos Vereadores para a legislatura em questão; **g)** pagamento irregular de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) ao 10º vereador da Câmara Senhor Francisco Sereno, no período compreendido entre julho a dezembro de 2009, em desacordo ao art. 29, inciso IV, da CF/88 c/c art. 83, do Regimento Interno da Câmara; **2)** **condenar** o Senhor **Edivan da Rocha Silva** a



Tribunal de Contas do Estado do Acre
Secretaria das Sessões



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(A C Ó R D ã O Nº 7.208 – FL. 02)

devolver aos cofres públicos municipais, com fulcro no art. 54, da LCE nº 38/93, a importância devidamente atualizada, de R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscentos reais), por ser o ordenador de despesas dos valores impugnados, assinalando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o respectivo recolhimento e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; **3) aplicar multa** ao gestor em 10%, sobre o valor a ser devolvido, nos termos do art. 88, do mesmo diploma legal, assinalando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o respectivo recolhimento aos cofres públicos estadual e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas; **4) encaminhar** cópia dos autos à Câmara Municipal de Jordão, para conhecimento e adoção de medidas que entender necessárias; **5) remeter** cópia do apurado ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender adotar, ante as irregularidades praticadas pelo o ordenador de despesas responsável, à época. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Antonio Cristovão Correia de Messias

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 10 de março de 2011.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS**
Relatora

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do M.P.E/TCE/ACRE.